

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.674 - MS (2019/0132564-0)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
AGRAVANTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO**
SUL
AGRAVADO : **E S DOS S (PRESO)**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**

DECISÃO

1. Trata-se de agravo interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** contra decisão que inadmitiu recurso especial manejado em face de acórdão do eg. **Tribunal de Justiça do mesmo Estado**.

1.1 A Presidência desta eg. Corte conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, conforme decisão de fls. 311-131. Após o **Parquet** Estadual apresentou agravo regimental.

2. A Defensoria Pública da União às fls. 342-348 informou que a Defensoria Pública Estadual não possui representação em Brasília/DF, motivo pelo qual postula para que seja alterada a representação do assistido, de modo que possa a peticionante atuar no feito, bem como seja intimada de todos os atos.

3. Esta eg. Corte de Justiça firmou entendimento de que enquanto os Estados, mediante lei específica, não organizarem suas Defensorias Públicas para atuarem continuamente nesta Capital Federal, inclusive com sede própria, o acompanhamento dos processos em trâmite nesta Corte constitui prerrogativa da Defensoria Pública da União - DPU. Precedentes: AgRg no AREsp n. 230.296/AL, **Sexta Turma**, Ministro **Og Fernandes**, DJe 4/6/2013; AgRg no REsp 1287189/AL, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Marco Aurélio Bellizze**, DJe 07/04/2014; AgRg no HC 378.088/SC, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, DJe 16/12/2016, motivo pelo qual o pedido foi deferido às fls. 352-353.

4. A Defensoria Pública Estadual às fls. 361-370 requereu a reconsideração da decisão de fls. 352-353, bem como **a manutenção da atuação da Defensoria Estadual na defesa do assistido.**

5. Em petição de fls. 284-304 a Defensoria Pública da União manifestou concordância quanto ao pedido da Defensoria Estadual.

6. Diante do exposto, reconsidero a decisão de fls. 266-267, para que seja alterada a representação do assistido, passando a constar a Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso do Sul, a qual deve ser intimada para apresentação de contrarrazões ao agravo regimental de fls. 316-324.

P. e I.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator